

Sumário

Introdução	1
1 Controle judicial da Administração Pública no Brasil	13
1.1 Do controle restrito ao controle intenso: a erosão dos critérios de legalidade e de separação de poderes como balizas do controle judicial	13
1.1.1 Considerações iniciais	13
1.1.2 O “passado” do controle judicial da Administração Pública.....	14
1.1.3 O “presente” do controle judicial da Administração Pública.....	29
1.1.4 O “futuro” do controle judicial da Administração Pública...35	
1.2 Causa da intensidade do controle judicial da Administração Pública	35
1.2.2 O controle judicial como contrafação do controle hierárquico	51
1.2.1 O uso abusivo da retórica de princípios como forma de presunção de capacidade institucional do Poder Judiciário ...	36
1.3 Consequências de um controle judicial intenso da Administração Pública	57
1.3.1 A paralisação administrativa e a ineficácia como norte	58
1.3.2 Barreira contra a inovação	69
1.3.3 A corrosão da confiança na Administração Pública	75

1.3.3.1 Conceito de confiança e panorama empírico da Administração Pública e do Poder Judiciário.	76
1.3.3.2 As causas da desconfiança na atuação da Administração Pública	82
1.4 Síntese do capítulo	92
2 Teorias de deferência judicial.....	95
2.1 Considerações iniciais	95
2.2 A organização administrativa do Poder Executivo norte-americano....	98
2.3 A extensão (<i>scope</i>) do controle judicial nos Estados Unidos da América	105
2.4 A origem da deferência às escolhas da Administração Pública...	110
2.5 Principais teorias de deferência criadas pela Suprema Corte norte-americana	114
2.5.1 Deferência <i>Skidmore</i>	114
2.5.2 Deferência <i>Chevron</i>	117
2.5.2.1 A situação fática	117
2.5.2.2 A decisão da Suprema Corte	118
2.5.2.3 Decompondo os fundamentos do precedente <i>Chevron</i> ...	122
2.5.2.3.1 Especialização da atividade (capacidade institucional)	123
2.5.2.3.2 Delegação legislativa implícita.....	125
2.5.2.3.3 Representatividade democrática indireta	125

2.5.2.4 Os efeitos da deferência <i>Chevron</i>	127
2.5.3 Deferência <i>Auer</i>	129
2.5.4 Deferência <i>Mead</i>	133
2.6 Síntese do capítulo	136
3 A LINDB como deferência	137
3.1 Considerações iniciais	137
3.2 A alteração da LINDB como reação legislativa ao controle judicial intenso.....	138
3.3 Inovações da LINDB dirigidas ao comportamento do controle judicial	146
3.3.1 Análise de consequências	147
3.3.1.1 Análise consequencial prévia.....	148
3.3.1.2 Análise consequencial posterior	156
3.3.2 Contextualização da decisão do controle judicial	161
3.4 A LINDB e o precedente <i>Chevron</i>	166
3.5 A cláusula geral de deferência estabelecida pela LINDB.....	174
3.6 Síntese do capítulo	185
Conclusão	187
Referências Bibliográficas.....	193